



## SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: trabalho e pedagogia da exploração

RODRIGUES, Geyzon Cosme Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo propõe-se a discorrer sobre os impactos e ingerências dos elementos constitutivos do processo de reestruturação produtiva do capitalismo pós-fordista no serviço público. Para fins de recorte, traz à baila a realidade de assistentes sociais que atuam na Universidade Federal de Goiás, especificamente na operacionalização da política de assistência social estudantil. A discussão frisa a questão do trabalho alienado como produto do processo progressivo de metabolismo social do capital que afeta objetiva e subjetivamente os trabalhadores, entre os quais assistentes sociais.

**Palavras-chave:** Assistente Social. Trabalho. Pedagogia da exploração.

### INTRODUÇÃO

Tudo que nós conseguimos ver, pegar e usufruir sobre a Terra é possível devido ao trabalho de ser humano. Se podemos comer, beber, se locomover, entre outras necessidades humanas, isso é possível por conta do próprio trabalho humano em relação à natureza: braços, pernas, pulmão e cabeça. Ou seja, nada do que existe seria possível sem o trabalho, porque é o trabalho a categoria que funda os homens.

Durante o desenvolvimento das forças produtivas e o advento da sociedade burguesa e capitalista, o trabalho passa por várias mutações. Metamorfoses essas necessárias ao próprio desenvolvimento do sistema capitalista. Sem trabalho não há capital.

Esse artigo tratará sobre o processo de reestruturação produtiva que ocorre no século XX e é responsável pelas mudanças de vários aspectos da vida social, política, econômica. Essa morfologia do trabalho foi e está sendo a força matriz capaz de criar uma nova mentalidade e uma nova forma de ser e pensar do conjunto dos trabalhadores do mundo.

Para fins deste artigo, focou-se na categoria de trabalhadores que atuam no âmbito do Estado, no sentido de caracterizar e demonstrar a vigência e os impactos também para essa parcela de trabalhadores.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação (PPGE-UFG). Graduação em Serviço Social (PUC-GO). Assistente Social na UFG, lotado na Coordenação de Serviço Social (PRAE). Membro do GEMPP-UnB.

## FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO TRABALHO

Na explicação da história ontológica do homem, são levadas em consideração três elementos constitutivos e necessários para tal compreensão: a esfera do ser inorgânico, do ser orgânico e ser social.

A esfera do *ser inorgânico* é aquela que não tem vida; é aquela que não se reproduz; é aquela esfera que só pode se unir a outras por justaposição, ou seja, lado a lado, numa condição em que é possível vê-los separadamente. Não é possível pensar na reprodução do ar, da água, dos minérios, etc. Não entanto, nem de longe podemos dizer que esses seres, por serem inanimados, são, por isso, de menor complexidade.

A esfera do *ser orgânico* é a esfera que tem a elemento da vida e da reprodução, é dotada de um caráter muito maior de complexidades, mas que ainda irá supor e dependerá dos elementos anteriores, ou seja, uma ainda é constitutiva da outra. Para o filósofo Lukács (2018), se na realidade surgem formas de ser mais complexas, mais compostas (vida, sociedade), então as categorias da ontologia geral devem ser conservadas nela como momentos superados; o superado teve em Hegel, corretamente, também o significado de *conservação*. A transição qualitativa de um ser para o outro é chamada por Lukács de *salto ontológico*.

A última e, infinitamente, mais complexa, é esfera do *ser social*, a qual depende organicamente de todas as outras, mas que contém legalidades, formas de relação, interação e reprodução que a diferencia das demais. Entre os elementos que a diferencia, emergem: o trabalho (relação homem-natureza), a sociabilidade e a linguagem, nesta ordem (os dois últimos tratam-se da relação homem-homem).

Na conjectura marxiana, os homens devem sempre transformar a natureza para produzir os bens indispensáveis a sua reprodução e subsistência. Isso quer dizer que a natureza é insuprimível e insubstituível da vida humana e que o intercâmbio com a natureza é elementar.

(...) o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. (Marx, 1983:149).

O trabalho além de ser o intercâmbio homem-natureza é também uma atividade manual que põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão. Só é possível a transformação da natureza por meio do trabalho manual. Tal "(...) como o homem precisa de um pulmão para respirar, ele precisa de uma 'criação da mão humana' para consumir produtivamente forças da natureza". (Marx, 1985:17)

E, ainda “no processo de trabalho (...). Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma”.

Para o autor, o “produto” do trabalho é “uma matéria natural” transformada pela ação das “forças naturais” da “corporalidade” humana, “braços e pernas, cabeça e mão”. Nem poderia ser diferente: o objeto de trabalho é a natureza porque o trabalho é a ação dos homens sobre a natureza. E este intercâmbio com a natureza, que só pode ser realizado por meio do trabalho dos braços e pernas, cabeça e mão, é a “condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independentemente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais.

Ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, o trabalho passou por várias modificações para que pudesse se adaptar e continuar sendo o núcleo do processo de exploração do homem pelo homem. Ou seja, para sobreviver, o capitalismo, que é crise, precisa metamorfosear-se de tempos em tempos.

## **O METABOLISMO SOCIAL DO CAPITAL E A METAMORFOSE DO TRABALHO**

Para Antunes (1999), o sistema de metabolismo social do capital nasceu como resultado da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital. E como já foi dito de tempos em tempos esse processo de subordinação do trabalho, que é o homem, ao capital, exploração da mais valia, entra em crise.

Uma de suas maiores crise ocorre no apogeu do fordismo e na fase keynesiana, em que apresentou as seguintes características: queda da taxa de lucro dada pelo aumentos de salários dos trabalhadores; esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; hipertrofia da esfera financeira; concentração de capital; crise do Estado de Bem-Estar Social e incremento da privatizações.

No início dos anos de 1970, testemunhou-se, no Brasil, uma crise estrutural do capital sem precedentes de complexidades. Nesse período ocorreram mutações intensas nas relações econômicas, sociais, políticas, ideológicas, e com importante impacto no ideário e subjetividade da classe-que-vive-do-trabalho. Trata-se de uma década de grande salto tecnológico – automação, robótica e a microeletrônica que invadiram as fábricas. Junto ao fordismo e ao toyotismo mesclam-se outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo)

Novos processos de trabalho emergem onde o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de **busca de produtividade**, por novas formas de adequação da produção a lógica do mercado.

Acentuam-se nos processos, após o fordismo, a separação entre elaboração e execução no processo de trabalho, pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões.

Discorre Kuenzer (2016) que a partir da acumulação flexível, com suas demandas de competitividade, com a crescente incorporação de ciência e tecnologia, com a crise do trabalho assalariado, com progressiva **simplificação do trabalho**, cada vez mais abstrato, menos transparente e acessível para um trabalhador que, de modo geral, “**vigia**” a máquina sem compreender os processos e a ciência que ela incorpora, há um novo princípio educativo”.

Destaca ainda que as habilidades psicofísicas, a destreza, os modos de fazer, o disciplinamento baseado na submissão e na obediência, que eram centrais no princípio educativo taylorista/fordista, e que determinavam uma prática pedagógica escolar fundamentada na rigidez, na repetição e na memorização, passam a ser substituídas pela necessidade de sólida educação básica de pelo menos nível médio, mas sendo desejável de nível superior, com domínio das diferentes formas de linguagem e de comunicação, com raciocínio lógico-formal, criatividade, autonomia, capacidade de educar-se permanentemente.

## **TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA UFG**

O *locus* da experiência sobre a qual serão tratadas as experiências profissionais é a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) responsável pela operacionalização da Política de Assistência Social Estudantil (PASE). A PASE foi instituída pela Resolução – Consuni nº 44, 24 de novembro de 2017. Suas bases seguem as premissas do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.

Na Universidade Federal de Goiás (UFG), a PRAE é composta pelos 5 (cinco) seguintes serviços: Saudavelmente (atendimento psicológico e psiquiátrico), Odontologia, Nutrição, Esporte e Lazer e o Serviço Social. O “Serviço Social”, *loci* sobre o qual interesse relatar aqui, é a principal porta de entrada de estudantes que buscam à assistência estudantil a fim de buscar alternativas para se manter na universidade até o fim de sua graduação.

O trabalho central realizado por assistentes sociais nessa política é articular recursos e mecanismos institucionais para mitigar retenção e evasão de estudantes durante o curso superior. Os recursos e mecanismos institucionais referem-se à oferta-concessão de auxílios financeiros, restaurante e moradia universitárias.

Para além da atribuição central dessa política, muitas outros “afazeres” aparecem, em sua maioria, como demandas protocolares e cartoriais, porque encerram-se na sua resolução. Por exemplo: viabilizar colhões, chaves para moradores (gestão de insumos e patrimônio);

gerenciar trocas de quartos; emitir declarações de vinculação à política; fazer folha de pagamento. Para que haja sentido, é necessário que nos perguntemos porque as fazemos e com qual fim. Isso se chama prévia ideação, teleologia: atributos próprios dos seres humanos, do *homo sapiens*, e que nos diferencia dos demais animais.

Tal como vem ocorrendo com o conjunto dos trabalhadores brasileiros (e do mundo), os trabalhadores do Estado também não exceção em relação a exercerem um trabalho cada vez mais reestruturado flexível. Mas, poderiam ser, se o produto do trabalho desses gerasse necessariamente riqueza excedente. No entanto, isso não ocorre. O trabalho realizado pelo trabalhador do Estado, mais do que nunca, é pago pelo espólio do trabalho coletivo em forma de tributo canalizados via fundo pública. Ademais, o trabalho do trabalhador do Estado, em essência, é garantir cada vez mais a legitimidade estatal para o nível de exploração do trabalho coletivo possa acontecer naturalmente, sem interferências perigosas dessas mesmas classes exploradas.

Os trabalhadores do Estado, entre outros, podem ser denominados de “classe em transição”, considerando que ela não é capitalista, nem proletariado; nem dono dos meios de produção, nem explorado produtor de riqueza excedente. Entre esse leque de trabalhadores estão os assistentes sociais, os quais em sua grande maioria trabalham no âmbito das políticas sociais.

Independentemente de suas especificidades de ofício e função sociais, também sofrem os mesmos rebatimentos e mutações que o conjunto de outros trabalhadores: jornadas excessivas, péssimas condições e meios de trabalho, salários precarizados, desvalorização profissional; sem falar dos que trabalham em situação de contrato temporário, contrato por pregão, cujas condições de trabalho são ainda mais dramáticas.

Essas condições aqui citadas são questões concretas e visíveis sobre as quais é possível fazer pressão e greve para que possam mudar e melhorar. No entanto, há outras questões que são incorporados ao fazer profissional desses trabalhadores que não é possível visualizar a olho nu. Refiro-me exatamente às determinações ideológicas e “pedagógicas” da fase do modo de produção em que vivemos hoje: a da exploração total pelo máximo de flexibilização do trabalho. Na instituição em questão, os assistentes sociais são fortemente alcançados por essa ideologia, ou seja, pela *pedagogia da exploração*: seja exploração pela imposição hierárquica de demandas aleatórias e em nome da instituição, seja pelo fator alienação que o próprio trabalhador é portador em relação ao próprio ofício.

Atualmente, na era do pós-fordismo (que integra elementos do neotoyotismo e neofordismo) são muitas as formas novas de exploração do trabalho. Trarei algumas das características sobre as quais será possível associar ao fazer profissional dos trabalhadores sociais que aqui examino.

## MULTIFUNCIONALIDADE E POLIVALÊNCIA

Não são raras as vezes em que os profissionais se perguntam o porquê da dificuldade de identificar o que é e o que não é trabalho do assistente social, tamanhas são as demandas e atribuições hipotecadas a esses trabalhadores.

Se o trabalho profissional está ligado ao atendimento de usuários diretos que necessitam de recursos financeiros para se manter na universidade, entre outras atividades privativas a isso ligadas, as demandas que são impostas vão desde gerência de estoque colchões para moradores estudantis, gerenciamento de folha de pagamento, contabilidade, como já mencionados. Para Antunes (1999), o sistema toyotista chamava esse processo de *Kanban*, que tinha como a finalidade que os trabalhadores desenvolvessem múltiplas funções na empresa. A diferença aqui é que estamos falando do Estado.

Há, no Serviço Social, uma luta para que a academia possa formar profissionais generalistas, contrapondo a ideia do profissional hiperespecializado em ramos das políticas sociais. No entanto, imbuídas da ideologia do pós-fordismo, muitos profissionais confundem generalista com polivalente.

Sobre esse aspecto, dirá Kuenzer (2016) que as habilidades psicofísicas, a destreza, os modos de fazer, o disciplinamento baseado na submissão e na obediência, que eram centrais no princípio educativo taylorista/fordista, e que determinavam uma prática pedagógica escolar fundamentada na rigidez, na repetição e na memorização, passam a ser substituídas pela necessidade de sólida educação básica ou, de pelo, menos nível médio, mas sendo desejável de nível superior, com domínio das diferentes formas de linguagem e de comunicação, com raciocínio lógico-formal, criatividade, autonomia, capacidade de educar-se permanentemente.

## INTENSIFICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho realizado aos moldes da polivalência e da multifuncionalidade conseqüentemente se traduz em exploração do trabalho. O cálculo é preciso e certo.

Estamos falando da exploração do trabalho improdutivo, ou seja, aquele trabalho que não produz riqueza excedente, nem realiza valor algum. Assim, é crível que seja exatamente por esse fato que a *pedagogia da exploração* se adaptou ao serviço público para que pudesse extrair o máximo de trabalho para compensar o salário recebido – “Se é servidor/a público, tem dinheiro!” – ecoa como verdade incontestável no senso comum. É uma ideologia massificada, impregnada no modo de ser e viver das pessoas.

O nível de introjeção alienante é tamanho que muitas vezes se testemunha trabalhadores requisitando mais demandas, acreditando ser mais competentes e poder fazê-

las com suas próprias mãos, o resultado será menos “retrabalho” no futuro próximo. No entanto, ao chegar o futuro próximo as “cestinhas de demandas” já estão elevadas à potência de três: centenas e centenas de análises de requerimento de auxílios para estudantes todo o ano; gerenciamento de planilhas para aferição e controle de folha de pagamentos e todos os entraves a ele relacionados; criação e gerenciamento de dezenas de planilhas *google-drive* para controle internos e administrativos que se perdem no conjunto de demandas, espontâneas ou não, que chegam todas as semanas, das mais banais às mais complexas.

Em relação ao uso das tecnologias da informação (TIC's), aponta-se como ponto estrangulador o uso desmedido de aplicativos mensagens (como o *WhatsApp*), sobretudo em tempos de crise sanitária do novo coronavírus e a necessidade do chamado *homeoffice*.

Não retirando a importância do avanço em termos de comunicação que esse recurso possui, no teletrabalho o grau de exploração do tempo do trabalhador é elevado à máxima potência da equação cotidiana. As críticas direcionadas ao uso desmedido do *WhatsApp*, estão diretamente ligadas o fato de que, não sendo uma ferramenta/recurso ofertada pela instituição<sup>2</sup>, utilizam-se os próprios recursos pessoais para legitimar o trabalho não pago. Isto é, institui-se aí uma exploração consciente e voluntária.

## GERÊNCIA PARTICIPATIVA

Na instituição em questão, a gerência participativa pode ser também chamada de Conselho Consultivo. Como o mesmo nome diz, o Conselho, que agrega vários setores da instituição, reúne-se mensalmente para consultá-los sobre questões pertinentes às decisões a serem tomadas pela gestão onde há direta participação das gerências e gestores.

Segundo a história da instituição e a atuação do referido movimento estudantil, essa instituição já foi palco de diversas pressões e manifestações, seja elas contrários aos cortes da educação, contra Bolsonaro, contra a cultura do estupro, entre outras. Por isso, criar um canal de diálogo entre a gestão e os usuários diretos é uma importante estratégia para evitar quaisquer motins de insatisfações contra a instituição.

É certo que tais membros e estudantes não costumam ser chamadas para decidir como e onde investigar os recursos para PNAES, embora a questão do dinheiro seja de suma importância aos que dele necessitam. Por isso, o Conselho acaba assumindo a função de controle social, no sentido de manter a harmonia e autodenominar-se gestão democrática.

---

<sup>2</sup> Em relação a este aspecto, frisa-se que poucas instituições tiveram essa leitura. Talvez somente a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que foi capaz que repassar aos professores e técnicos um complemento financeiro para mitigar os impactos da exploração e do adoecimento que tem sido o trabalho remoto (*homeoffice*).

Esta questão nos direciona à um movimento que vem se caracterizando desde os anos 1970

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente artigo não é esgotar todos os assuntos relacionados aos elementos postos pela era capitalista do pós-fordismo e sua incorporação no âmbito do serviço público, ou seja, no Estado. Antes, importou elaborar uma discussão sobre os elementos de exploração da era pós-fordista em um pequeno setor do Estado, demonstrando a vigência desses mecanismos de exploração e sua reprodução latente pelos trabalhadores, com recorte na realidade de assistentes sociais.

Sugere-se, para fins de contrapor e resistir aos impactos e ingerências do processo de metabolismo social do capital e os novos princípios educativo sobre a consciência dos trabalhadores, um compromisso do assistente social com a formação crítica continuada, articulação com os movimentos sociais e, conseqüentemente, defesa do Projeto Ético da profissão e todos os princípios constantes em nosso estatuto profissional. Com isso, será possível articular formação crítica a uma prática competente, questionadora e criativa que seja capaz de desvendar as contradições posta no âmbito das políticas sociais.

“A alienação é a luta do capital para sobreviver, a luta do capital para subordinar o trabalho, a luta incessante do capital pelo poder. A alienação não é um espectro da luta de classes”, nos alerta Antunes (1999, p. 132). Por isso, não será por meio de lutas reformistas que essa luta será cessada.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para ontologia do ser social I**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para ontologia do ser social II**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

PINTO, Geraldo Augusto; ANTUNES, Ricardo. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017 (Coleção questões da nossa época; v. 58).

KUENZER, Acácia Zeneida. **A formação de trabalhadores no espaço de trabalho**. In: Trabalho Necessário. V. 14, n. 25. Niterói, 2006. Acesso em: <<http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/about/contact>>